



Câmara Municipal da Figueira da Foz

DELIBERAÇÕES DAS REUNIÕES DE CÂMARA

11 DE DEZEMBRO DE 2017

18 DE DEZEMBRO DE 2017

AOD – Período do Antes da Ordem do Dia

Reunião Ordinária de 11 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Aprovar a proposta de Voto de Pesar pelo falecimento de Rosa de Fátima Serra Dias, trabalhadora nesta Câmara Municipal e expressar condolências à família enlutada.
- Aprovar a proposta de Voto de Pesar pelo falecimento da Dr.^a Laura de Sousa Prazeres Faria de Lacerda e expressar condolências à família enlutada.

Reunião Ordinária de 18 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Aprovar a alteração da data da primeira reunião do mês de janeiro de 2018, do dia 01 para 08 de janeiro pelas 15h00.

OD – Período da Ordem do Dia

GAP - Gabinete de Apoio à Presidência

Reunião Ordinária de 11 de novembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- No uso da competência que lhe é conferida de acordo com o artigo 25.º das Normas de Execução Orçamental, realizadas ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, em conjugação com o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder o apoio financeiro no valor de 7.532,48 €, à freguesia de Maiorca.
- Aprovar a Resolução do Contrato de Cedência de Utilização celebrado entre a Naval SAD e o Município da Figueira da Foz em 04 de maio de 2015, de acordo com a informação de 07 de dezembro de 2017, anexa ao processo e conceder o prazo de vinte dias à Naval SAD para proceder à entrega do complexo.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor e três abstenções dos



Câmara Municipal da Figueira da Foz

Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Tenreiro, Miguel Babo e Ricardo Silva:

- No uso da competência que lhe foi conferida pela alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, nos termos do n.º 1 do artigo 132.º e nos termos do artigo 133.º todos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a celebração dos Acordos de Execução de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia para o ano de 2018, bem como submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei.

Reunião Ordinária de 18 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Aprovar a Lista Final de propostas da 3.ª edição do Orçamento Participativo/2018.
- Aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração no Âmbito dos Controlos Oficiais dos Matadouros entre a Direção Geral de Alimentação e Veterinária e o Município da Figueira da Foz, alterando o anterior protocolo, celebrado em 1 de agosto de 2017.
- Aprovar a proposta apresentada e autorizar o Presidente da Câmara Municipal ou o Vereador com competências delegadas a decidir os apoios logísticos, mediante parecer prévio dos serviços, e que sejam agendados e analisados de forma generalizada através de listagem trimestral, para efeitos de ratificação em reunião de Câmara Municipal.
- Aprovar a minuta da adenda de alteração do Protocolo celebrado entre o Município da Figueira da Foz e a Freguesia de Vila Verde relativamente à construção da Casa Mortuária de Vila Verde, na qual autoriza a atribuição do apoio financeiro no valor de 7.969,40 €.

DAGF – Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Finanças e Património

Subunidade Orgânica Contabilidade

Reunião Ordinária de 11 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou:

- **Relativamente às Grandes Opções do Plano para 2018-2021 e Orçamento para o ano de 2018:**

1 - Por maioria, com seis votos a favor e três votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Alexandre Tenreiro, Miguel Carranca Babo e Ricardo Alberto da Silva, com base na proposta de Orçamento do Município da Figueira da Foz para o ano de 2018, cujos documentos ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património – Subunidade Orgânica de Contabilidade deste Município:

- Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2018-2021 e Orçamento para o ano de 2018;



Câmara Municipal da Figueira da Foz

- Aprovar o Mapa de Pessoal para 2018, nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual;
- Solicitar Autorização Genérica para assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e nos termos constantes do artigo 19.º das Normas de Execução do Orçamento para 2018;
- Solicitar à Assembleia Municipal a delegação no Presidente da Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, autorização para assumir compromissos plurianuais até três anos, sempre que os encargos correspondentes não excedam em cada ano, o montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, que corresponde ao valor de 99.759,58 € (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) e nos termos constantes do artigo 19.º das Normas de Execução do Orçamento de 2018;
- Solicitar à Assembleia Municipal autorização para concessão de isenções e reduções de taxas, nos termos do artigo 25.º das Normas de Execução do Orçamento Municipal para 2018;
- Solicitar à Assembleia Municipal autorização para prestar apoio às freguesias, nos termos do artigo 26.º das Normas de Execução do Orçamento Municipal para 2018;
- Submeter a presente proposta e os respetivos documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições combinadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento para 2018 da Figueira Domus, E.M.:

2 – Por unanimidade, encontrando-se ausente o Vereador Nuno Gonçalves, por se encontrar impedido, ao abrigo do n.º 6 do artigo 55.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e dar parecer favorável no sentido do representante do Município votar favoravelmente o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 da Figueira Domus – Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M., na respetiva Assembleia Geral, o qual se encontra anexo à proposta de Orçamento do Município da Figueira da Foz;

Relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento para 2018 da Figueira Parques, EM, SA.:

3 - Por unanimidade, encontrando-se ausente o Vereador Nuno Gonçalves, por se encontrar impedido, ao abrigo do n.º 6 do artigo 55.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e dar parecer favorável no sentido do representante do Município votar favoravelmente o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 da Figueira Parques – Empresa Municipal de Estacionamento da Figueira da Foz, E.M., S.A., na respetiva Assembleia Geral, o qual se encontra anexo à proposta de Orçamento do Município da Figueira da Foz.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor e três votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Tenreiro, Miguel Babo e Ricardo Silva:

● Relativamente à participação variável no IRS para 2018:

- 1 – Fixar em 4,00% a participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial da Figueira da Foz relativa aos rendimentos do ano de 2018, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações subsequentes;
- 2 – Submeter a presente proposta a apreciação da Assembleia Municipal;
- 3 - Comunicar a percentagem de participação no IRS à Autoridade Tributária até 31 de dezembro de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações subsequentes;



Câmara Municipal da Figueira da Foz

● **Relativamente ao Lançamento e Fixação da Derrama para 2018:**

- 1 – Aprovar o lançamento de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado no Município da Figueira da Foz por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e não residentes com estabelecimento estável no território geográfico do Concelho, pela taxa máxima de 1,5%, ao abrigo do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações subsequentes;
- 2 – Aprovar a aplicação de uma taxa reduzida de 0,75% aos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros), ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 12 do artigo 18.º da citada lei, com as alterações subsequentes;
- 3 - Submeter esta proposta à aprovação da Assembleia Municipal, para os efeitos estabelecidos na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no cumprimento do estabelecido no n.º 12 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações subsequentes;
- 4 – Que a presente deliberação seja comunicada por via eletrónica pela Câmara Municipal à Autoridade Tributária até ao dia 31 de dezembro do ano 2017, de acordo com o n.º 17 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, com as alterações subsequentes.

● **Relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis para 2018:**

- 1 – Aprovar a aplicação da taxa de 0,4% sobre os prédios urbanos, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 e do n.º 5, do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis;
- 2 – Aplicar a dedução fixa, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário do prédio correspondente à habitação própria e permanente, ao abrigo do disposto no artigo 112.º-A do CIMI: 1 dependente = dedução fixa de 20,00 €; 2 dependentes = dedução fixa de 40,00 € e 3 ou mais dependentes = dedução fixa de 70,00 €.
- 3 – Majorar em 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como degradados aqueles que, face ao seu estado de degradação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis;
- 4 - Submeter esta proposta à aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- 5 – Que a presente deliberação seja comunicada à Autoridade Tributária até 31 de dezembro de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 14 do artigo 112.º do CIMI.

Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças

Reunião Ordinária de 11 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Ao abrigo das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro – “Lei das Telecomunicações Eletrónicas”, na sua redação atual, e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a proposta de fixação em 0,25% do percentual da Taxa Municipal de Direito de



Câmara Municipal da Figueira da Foz

Passagem, a aplicar no ano de 2018.

- Nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 138/2000, de 13 de julho, autorizar a permuta do Ossário n.º 145 para outro no Cemitério Oriental, tendo em conta que a requerente, Almerinda Palmira Serra Ferreira Loureiro Rosa, tem legitimidade e que a mudança se encontra devidamente fundamentada.

Subunidade Orgânica de Património

Reunião Ordinária de 18 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Aprovar a proposta do Presidente de retirar da agenda de trabalhos o assunto “Proposta de Alienação do Lote de Terreno L51 sito no Parque Industrial da Figueira da Foz”.
- Aprovar a minuta do contrato de comodato que estabelece as condições da cedência precária, a título gratuito, pelo período de vinte anos, renováveis, à Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., do imóvel conhecido por “Unidade de Saúde de Alhadas”, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Alhadas sob o artigo P3021 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz sob a ficha n.º 12309/Alhadas.

Subunidade de Contratação Pública

Reunião Ordinária de 11 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por maioria com seis votos a favor e três votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata Carlos Tenreiro, Miguel Babo e Ricardo Silva:

- No uso da competência que lhe é conferida, ao abrigo da conjugação do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e ao abrigo das disposições legais constantes no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, com as subsequentes alterações, o seguinte:

1 - Autorizar a abertura de um procedimento por Concurso Público com Publicidade Internacional para a contratação de serviços para recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, lavagem e manutenção de contentores no Concelho da Figueira da Foz, pelo período de oito anos, no valor estimado de 10.400.000,00, acrescido de IVA no montante de 2.392.000€, perfazendo o valor global de 12.792.000,00 € sendo a plurianualidade a distribuir da seguinte forma pelos respetivos anos económicos:

- Ano económico de 2019 – 1.599.000,00 €
- Ano económico de 2020 – 1.599.000,00 €
- Ano económico de 2021 – 1.599.000,00 €
- Ano económico de 2022 – 1.599.000,00 €
- Ano económico de 2023 – 1.599.000,00 €
- Ano económico de 2024 – 1.599.000,00 €



Câmara Municipal da Figueira da Foz

- Ano económico de 2025 – 1.599.000,00 €
- Ano económico de 2026 – 1.599.000,00 €
- 2 - A proposta das Grandes Opções do Plano (2018-2021) e Orçamento (2018) do Município para o ano económico 2018, com a classificação orçamental 02/02022599 – “Câmara Municipal e Serviços Municipais/Aquisição de bens e serviços – Aquisição de serviços – Outros Serviços – Diversos”, e a ação das GOP “24.520.2018/..- FUNÇÕES SOCIAIS – Habitação e Serviços Coletivos – Resíduos sólidos – DESPESAS CORRENTES/Resíduos sólidos urbanos – Recolha”, encontram-se dotadas com valor que permitirá a contabilização da despesa deste serviço.
- 3 – Aprovar as peças do procedimento (Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Respetivos anexos), nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP;
- 4 - Que o Júri a quem compete apreciar as propostas e elaborar os relatórios de análise das mesmas, seja constituído por:
 - Membros efetivos: Presidente – Valter Miguel Gaspar Rainho, Chefe de Divisão de Ambiente;
 - 1.º Vogal: Paula Cristina dos Santos Pereira Silva, Técnica Superior; - 2.º Vogal: Susana Paula Gomes Simões Mota, Técnica Superior;
 - Membros suplentes: 1.º Suplente: Ana Maria Rodrigues Brilha, Técnica Superior; - 2.º Suplente: Cláudia Sofia de Oliveira Ferreira, Assistente Técnica;
- 5 - Submeter a proposta à Assembleia Municipal:
 - Para aprovação da abertura do procedimento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;
 - Para autorização da assunção do compromisso plurianual decorrente da realização do contrato a celebrar para contratação de serviços para recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, lavagem e manutenção de contentores no Concelho da Figueira da Foz, pelo período de oito anos (noventa e seis meses), nos termos da alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as subseqüentes alterações.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- No uso da competência que lhe é conferida, ao abrigo da conjugação do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e ao abrigo das disposições legais constantes no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, com as subseqüentes alterações, o seguinte:
 - 1 - Autorizar a abertura de um procedimento por Concurso Público com Publicidade Internacional para a contratação de serviços para manutenção e limpeza de praias no Concelho da Figueira da Foz, pelo período de 1 ano podendo ser renovado por período igual, até ao máximo de dois anos, no valor estimado de 260.000,00 €, acrescido de IVA no montante de 59.800,00 €, perfazendo o valor global de 319.800,00 € sendo a plurianualidade a distribuir da seguinte forma pelos respetivos anos económicos:
 - Ano económico de 2018 – 132.488,56 €;
 - Ano económico de 2019 – 159.900,00 €;
 - Ano económico de 2020 – 27.411,44 €;
 - 2 - A proposta das Grandes Opções do Plano (2018-2021) e Orçamento (2018) do Município para o ano económico 2018, com a classificação orçamental 02/02022599 – “Câmara Municipal e Serviços Municipais/Aquisição de bens e serviços – Aquisição de serviços – Outros Serviços – Diversos, e a ação das GOP “24.620.2018/..-FUNÇÕES SOCIAIS – Habitação e Serviços Coletivos – Prot. Amb. Cons. Natureza – DESPESAS CORRENTES/Limpeza de Praias, encontram-se dotadas com valor que permitirá a contabilização da despesa deste serviço, no



Câmara Municipal da Figueira da Foz

valor de 132.488,56 €

3 – Aprovar as peças do procedimento (Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Respetivos anexos), nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP;

4 - Que o Júri a quem compete apreciar as propostas e elaborar os relatórios de análise das mesmas, seja constituído por:

- Membros efetivos: Presidente – Valter Miguel Gaspar Rainho, Chefe de Divisão de Ambiente; 1.º Vogal: Paula Cristina dos Santos Pereira Silva, Técnica Superior; - 2.º Vogal: Susana Paula Gomes Simões Mota, Técnica Superior.

- Membros suplentes: 1.º Suplente: Ana Maria Rodrigues Brilha, Técnica Superior; - 2.º Suplente: Cláudia Sofia de Oliveira Ferreira, Assistente Técnica;

5 - Submeter a proposta à Assembleia Municipal:

- Para aprovação da abertura do procedimento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

- Para autorização da assunção do compromisso plurianual decorrente da realização do contrato a celebrar para contratação de serviços para manutenção e limpeza de praias no Concelho da Figueira da Foz, pelo período de um ano podendo ser renovado por período igual, até ao máximo de dois anos, nos termos da alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as subseqüentes alterações.

- Aprovar a proposta do Presidente de retirar da agenda de trabalhos o assunto “Concurso Público para a Concessão de Instalação e Exploração de Setas Direcionais Publicitárias na Área do Concelho”, para uma melhor análise.

- Aprovar a proposta do Presidente de retirar da agenda de trabalhos o assunto “Concurso Público com Publicação Internacional para Concessão e Exploração de Painéis Publicitários (Outdoors), na Área Urbana”, para uma melhor análise.

- 1 – Aprovar a abertura e lançamento do “Procedimento para Fornecimento, Instalação e Concessão de Exploração do Sistema de Bicicletas Partilhadas” e respetivas peças processuais;
- 2 – Aprovação do Estudo de Viabilidade e Estudo Prévio para a construção de pequenos troços articuladores da rede clicável da Figueira da Foz, que estiveram na base do procedimento;
- 3 - Submeter a proposta de abertura à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos e alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor, dois votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata Carlos Tenreiro e Ricardo Silva e uma abstenção do Vereador do Partido Social Democrata Miguel Babo:

- No uso da competência que lhe é conferida, ao abrigo da conjugação do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e ao abrigo das disposições legais constantes no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, com as subseqüentes alterações, o seguinte:

1 - Autorizar a abertura de um procedimento por Concurso Público com Publicidade Internacional para a contratação de serviços para limpeza urbana em Buarcos - Figueira da Foz, pelo período de um ano podendo ser renovado por período igual, até ao máximo de dois anos, no valor estimado de 250.000,00 €, acrescido de IVA no montante de 57.500,00 €, perfazendo o



Câmara Municipal da Figueira da Foz

valor global de 307.500,00 € sendo a plurianualidade a distribuir da seguinte forma pelos respetivos anos económicos:

– Ano económico de 2018 – 140.937,50 €;

- Ano económico de 2019 – 153.750,00 €;

- Ano económico de 2020 – 12.812,50 €;

2 - A proposta das Grandes Opções do Plano (2018-2021) e Orçamento (2018) do Município para o ano económico 2018, com a classificação orçamental 02/02022599 – “Câmara Municipal e Serviços Municipais/Aquisição de bens e serviços – Aquisição de serviços – Outros Serviços – Diversos, e a ação das GOP “24.620.2018/.. – FUNÇÕES SOCIAIS – Habitação e Serviços Coletivos - Prot. Amb. Cons. Natureza – DESPESAS CORRENTES/Serviços diversos no âmbito do ambiente”, encontram-se dotadas com valor que permitirá a contabilização da despesa deste serviço, no valor de 140.937,50 €;

3 – Aprovar as peças do procedimento (Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Respetivos anexos), nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP;

4 - Que o Júri a quem compete apreciar as propostas e elaborar os relatórios de análise das mesmas, seja constituído por:

- Membros efetivos: Presidente – Valter Miguel Gaspar Rainho, Chefe de Divisão de Ambiente;

1.º Vogal: Paula Cristina dos Santos Pereira Silva, Técnica Superior; - 2.º Vogal: Susana Paula Gomes Simões Mota, Técnica Superior;

- Membros suplentes: 1.º Suplente: Elvira Margarida Ferreira Santos, Técnica Superior; - 2.º Suplente: Cláudia Sofia de Oliveira Ferreira, Assistente Técnica;

5 - Submeter a proposta à Assembleia Municipal:

- Para aprovação da abertura do procedimento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

- Para autorização da assunção do compromisso plurianual decorrente da realização do contrato a celebrar para contratação de serviços para limpeza urbana em Buarcos - Figueira da Foz, pelo período de um ano podendo ser renovado por período igual, até ao máximo de dois anos, nos termos da alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as subseqüentes alterações.

A Câmara Municipal, ao abrigo da conjugação do disposto no artigo 61.º n.ºs 5 e 7 e no artigo 50.º n.º 3 ambos do Código dos Contratos Públicos, deliberou, por maioria, com seis votos a favor e três abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Tenreiro, Miguel Babo e Ricardo Silva, aprovar:

● 1 – A retificação das peças do procedimento por ajuste direto n.º 1866/17, para aquisição de refeições escolares ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Refeições Escolares, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra a que corresponde o Lote 5 - Fornecimento e distribuição agregado de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente, nos termos da informação dos serviços;

2 – A prorrogação do prazo para apresentação das propostas no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões, conforme dispõe o artigo 64.º n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.

Reunião Ordinária de 18 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:



Câmara Municipal da Figueira da Foz

● No uso da competência que lhe é conferida, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, com as subseqüentes alterações, conjugado com a alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o seguinte:

1 – Aprovar a abertura de um procedimento por Concurso Público, com publicidade internacional, para a concessão da atribuição do direito de uso privativo de espaço público para colocação de painéis publicitários (outdoors), pelo período de 6 anos;

2 – Aprovar as peças do procedimento (Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Respetivos anexos), nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP;

3 - Que o Júri a quem compete apreciar as propostas e elaborar os relatórios de análise das mesmas, seja constituído por:

Membros efetivos - Presidente: António Manuel André Paredes Silva, Técnico Superior; 1.º Vogal: Margarida Paula Fernandes Ferreira, Técnica Superior; 2.º Vogal: Susana Paula Gomes Simões Mota, Técnica Superior;

Membros suplentes - 1.º Suplente: Maria Josefina Miranda Gonçalves, Coordenadora Técnica; 2.º Suplente: Cláudia Sofia de Oliveira Ferreira, Assistente Técnica.

4 – Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as subseqüentes alterações, conjugado com o disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

● No uso da competência que lhe é conferida, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, com as subseqüentes alterações, conjugado com a alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o seguinte:

1 – Aprovar a abertura de um procedimento por Concurso Público, com publicidade internacional, para a concessão da atribuição do direito de uso privativo de espaço público para colocação de postes de sinalética direcional publicitária, pelo período de 6 anos.

2 – Aprovar as peças do procedimento (Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Respetivos anexos), nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP;

3 - Que o Júri a quem compete apreciar as propostas e elaborar os relatórios de análise das mesmas, seja constituído por:

- Membros efetivos - Presidente: António Manuel André Paredes Silva, Técnico Superior; 1.º Vogal: Margarida Paula Fernandes Ferreira, Técnica Superior; 2.º Vogal: Susana Paula Gomes Simões Mota, Técnica Superior;

- Membros suplentes - 1.º Suplente: Maria Josefina Miranda Gonçalves, Coordenadora Técnica; 2.º Suplente: Cláudia Sofia de Oliveira Ferreira, Assistente Técnica.

4 – Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as subseqüentes alterações, conjugado com o disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos

Subunidade de Recursos Humanos

Reunião Ordinária de 11 de dezembro de 2017



Câmara Municipal da Figueira da Foz

A Câmara Municipal, após ter procedido à votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com seis votos a favor e três abstenções:

- Ratificar o despacho do Presidente, de 20 de setembro de 2017, no seguimento do processo de inquérito instaurado contra o mesmo, tendo sido autorizada a aplicação da sanção disciplinar de Repreensão Escrita, nos termos do n.º 2 do artigo 194.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, tendo em conta a urgência da notificação, por o trabalhador se aposentar no dia 01 de outubro de 2017.

DOMA - Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Divisão de Obras e Projetos Municipais

Reunião Ordinária de 11 dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor e três votos contra, dos Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Tenreiro, Miguel Babo e Ricardo Silva:

- No uso da competência que lhe é conferida, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, ratificar o despacho do Presidente, de 24 de novembro de 2017, que aprovou a minuta do Contrato de Empreitada “Qualificação da Frente Marítima de Buarcos”.
- Ratificar o despacho do Presidente, de 30 de novembro de 2017, que aprovou a minuta do Contrato de Empreitada “Requalificação do Núcleo Antigo da Figueira da Foz – Requalificação das Ruas.

A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade:

- No uso da competência que lhe é conferida, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, aprovar o estudo prévio, referente ao contrato de ajuste direto n.º 1943/16, da prestação de serviços, relativo ao “Sistema de Bicicletas Partilhadas”, na cidade da Figueira da Foz, e desenvolvido no âmbito do PEDU’S - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Reunião Ordinária de 18 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Aprovar a minuta do Acordo de Gestão a celebrar entre o Município da Figueira da Foz e a Infraestruturas de Portugal, S.A., referente à E.N. 109, no nó nascente da variante a Tavadede.
- No uso da competência que lhe é conferida ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do



Câmara Municipal da Figueira da Foz

anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder o apoio financeiro no valor de 5.000,00 € ao Centro Cultural Desportivo e Recreativo de Matas e Cipreste.

Divisão de Ambiente

Reunião Ordinária de 11 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- - Aprovar a proposta de aditamento ao Regulamento dos Cemitérios Municipais, tendo como base a informação n.º 176 da Divisão Jurídica e Contencioso, de 16 de novembro de 2017, alterando o teor do n.º 3 do artigo 67.º que passa a ter a seguinte redação “A Câmara Municipal da Figueira da Foz não se responsabiliza por eventuais danos ou furtos de objetos de embelezamento dos concessionários”, submetendo o aditamento a consulta pública nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo por um prazo de trinta dias.
- Submeter a proposta à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Divisão de Urbanismo

Subunidade Orgânica de Gestão Urbanística e Fiscalização

Reunião Ordinária de 18 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Aprovar e subscrever os princípios e as linhas de orientação para a constituição da Entidade Gestora para os Resíduos de Construção e Demolição, de acordo com o documento com a referencia Doc20171002EGRCD_V3 anexo ao processo.
- Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, declarar a caducidade da licença especial para acabamentos concedida em 21 de setembro de 2010 com prazo até 21 de setembro de 2011, no âmbito do processo de obras n.º 780/2002, em nome de Tiago José Gomes Ferreira Borges, freguesia de Buarcos e São Julião.
- Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016 de 19 de julho:
 - 1 - Emitir a declaração de interesse público municipal que ateste a relevância para o município da atividade para regularização da exploração pecuária, situada na Travessa da Rua da Escola n.º 12, em Lomba do Pau, freguesia de Bom Sucesso, solicitada pelo requerente Cristiano Andrade Lé, processo n.º 26/2017.
 - 2 - Submeter à Assembleia Municipal com vista à emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, na regularização da instalação pecuária do Tipo II.



Câmara Municipal da Figueira da Foz

Subunidade Orgânica de Planeamento

Reunião Ordinária de 11 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor e três votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Tenreiro, Miguel Babo e Ricardo Silva:

- 1 – Aprovar a emissão da declaração de aprovação da alteração por adaptação do Regulamento do PDM – Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, nos termos do artigo 121.º do RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente para as alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 27.º, para a alínea h) do n.º 2 do artigo 65.º, e para o artigo 118.º do regulamento do PDM;
- 2 – Remeter a declaração de aprovação ao conhecimento da Assembleia Municipal e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro), para posteriormente ser submetida para publicação e depósito, através da plataforma do SSAIGT – Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Divisão de Jurídica e Contencioso

Reunião Ordinária de 11 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal, após ter procedido à votação por escrutínio secreto, deliberou, por unanimidade:

- Aplicar à trabalhadora Maria Clara da Natividade e Silva, no seguimento do processo disciplinar instaurado contra a mesma, a pena de Demissão.
- Aplicar ao trabalhador Manuel António Gomes Júnior, no seguimento do processo disciplinar instaurado contra o mesmo, a pena de multa de três dias de trabalho (valor dia: € 18,56 x 3 dias = € 55,68).

Divisão de Cultura

Cultura

Reunião Ordinária de 11 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a atribuição dos apoios à Atividade Regular às Associações e Coletividades do Concelho, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoios ao Associativismo – 2017, no valor total de 69.377,00 €.

Mais foi deliberado, por unanimidade, que o prazo de pagamento dos referidos apoios deverá ser efetuado até ao próximo dia 30 de dezembro de 2017.



Câmara Municipal da Figueira da Foz

Reunião Ordinária de 18 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- A Câmara Municipal, no uso da competência que lhe é conferida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a atribuição de apoio financeiro no valor de 800,00 € à Sociedade Filarmónica Figueirense, relativo às Comemorações do 175.º Aniversário.
- Aprovar a programação de fevereiro a maio de 2018 e o respetivo valor dos bilhetes a cobrar para cada espetáculo do Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz

Divisão de Educação e Assuntos Sociais

Educação e Assuntos Sociais

Reunião Ordinária de 11 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- No uso da competência que lhe é conferida, ao abrigo do disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a transferência da verba ao Centro Social Vela Azul no valor de 590,00 €, referentes ao remanescente do pagamento das refeições escolares e da Mensalidade do Prolongamento de Horário, de duas crianças, com efeitos retroativos aos anos letivos de 2010/2011 a 2012/2013.
- Aprovar a alteração e retificação ao Regulamento Municipal de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (RMAI), bem como, submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- Isentar a ONGD Mão na Mão – Associação Crianças do Mundo do pagamento das taxas inerentes à cedência do Auditório do Museu Municipal Santos Rocha para a realização de uma Festa de Natal dirigida às crianças mais carenciadas, residentes na área do Município da Figueira da Foz, no montante de 93,73 €, bem como conceder o apoio logístico solicitado para o efeito.

- Celebrar com a Fundação Rotária Portuguesa e o Rotary Club da Figueira da Foz um Protocolo, para a atribuição de duas Bolsas de Estudo a dois alunos com carências económicas, no valor total de 1.500,00 € para o ano letivo 2017/2018.

Reunião Ordinária de 18 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Aprovar a proposta de isenção do pagamento das participações referentes às atividades de animação socioeducativa, com efeitos retroativos ao início do presente ano letivo, de acordo



Câmara Municipal da Figueira da Foz

com o artigo 10.º do Despacho Conjunto n.º 300/97, de 09 de setembro, dos Ministérios da Educação e da Solidariedade e Segurança Social, às crianças que cumulativamente usufruem de escalão A de ASE – serviço de refeições e se encontrem posicionadas no 1.º escalão de comparticipação familiar – prolongamento de horário.

Subunidade Orgânica de Juventude e Desporto

Reunião Ordinária de 11 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Autorizar o apoio solicitado pelo Clube de Automóveis Antigos da Figueira da Foz, cujo valor se estima em 6.497,40 € em isenção de taxas, apoio logístico no valor de 1.238,93 € e ainda um apoio financeiro, sob a forma de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, no valor de 2.500,00 €.
- Ratificar o despacho que autorizou o apoio logístico solicitado pela Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião, no âmbito da 4.ª Corrida São Silvestre da Figueira da Foz, cujo valor se estima em 1021,68, a inclusão dos participantes na apólice de acidentes pessoais do município e a ativação do protocolo com a Cruz Vermelha Portuguesa, o pagamento do policiamento no valor de 958,00 € e a aquisição de serviço de reportagem televisiva, no valor de 2.000,00 € mais IVA.

Reunião Ordinária de 18 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Autorizar o apoio logístico solicitado por World Cruising Club, no valor de 768,69 €, no âmbito da realização da 24.ª Edição da ARC Portugal – Rally à Vela, na Figueira da Foz.

Divisão de Turismo e Desenvolvimento Económico

Reunião Ordinária de 11 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Ao abrigo do disposto nas alíneas u) e o) do n.º 1, do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual, bem como do artigo 13.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município e de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º do mesmo regulamento, isentar o Clube Fiat de Portugal do pagamento de taxas inerentes à ocupação do espaço público no âmbito das comemorações do 15.º aniversário do Clube, no valor total de 664,10 €.

Reunião Ordinária de 18 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:



Câmara Municipal da Figueira da Foz

- Ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizar o apoio logístico solicitado por World Cruising Club, no valor de 768,69 €, no âmbito da realização da 24.ª Edição da ARC Portugal – Rally à Vela, na Figueira da Foz.